
***Fibria Terminal
de Celulose de
Santos SPE S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



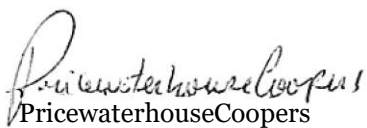
Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.


financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de abril de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Jose Vital
Signed By: JOSE VITAL PESSOA MONTEIRO FILHO:85612618468
CPF: 85612618468
Signing Time: 03 de abril de 2023 | 16:50 BRT

Jose Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0

**Fibria Terminal de
Celulose de Santos
SPE S.A.**

Demonstrações
financeiras de
31 de dezembro 2022



Índice

1. Balanço Patrimonial.....	2
2. Demonstração do Resultado	4
3. Demonstração do Resultado Abrangente	5
4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	6
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	7
6. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	8
7. Relatório da Administração	27

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

	<u>Nota</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		217	89
Aplicações financeiras	5	17.506	22.407
Contas a receber	6 e 7	1.223	3.220
Tributos a recuperar	8	3.339	2.418
Despesas antecipadas		642	109
Outros ativos		15	12
Total do ativo circulante		<u>22.942</u>	<u>28.255</u>
NÃO CIRCULANTE			
Tributos a recuperar	8	3.697	3.596
Imobilizado	10	1.393	495
Intangível	11	143.858	151.776
Total do ativo não circulante		<u>148.948</u>	<u>155.867</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>171.890</u>	<u>184.122</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	5.206	1.950
Tributos a recolher		149	313
Salários e encargos sociais		166	53
Dividendos a pagar	13.2		1.008
Outros passivos		282	12
Total do passivo circulante		5.803	3.336
TOTAL DO PASSIVO		5.803	3.336
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		198.097	192.370
Prejuízos acumulados		(32.010)	(11.584)
Total do patrimônio líquido		166.087	180.786
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		171.890	184.122

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
RECEITA LÍQUIDA	15	13.615	19.376
Custo dos serviços prestados	16	<u>(35.681)</u>	<u>(34.395)</u>
PREJUÍZO BRUTO		<u>(22.066)</u>	<u>(15.019)</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	16	(836)	(647)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	118	162
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(22.784)</u>	<u>(15.504)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas	17	(22)	(10)
Receitas	17	<u>2.380</u>	<u>1.167</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(20.426)</u>	<u>(14.347)</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Diferidos	9.1		(473)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(20.426)</u>	<u>(14.820)</u>
Resultado do exercício			
Básico	14	(0,10311)	(0,07481)
Diluído	14	(0,10311)	(0,07481)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.**Demonstrações Financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)***DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado líquido do exercício	(20.426)	(14.820)
Outros resultados abrangentes	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	(20.426)	(14.820)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.**Demonstrações Financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)***DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Capital social		Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido total
	Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Reserva para retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	198.097	(5.727)	212	3.024	0	195.606
Resultado abrangente total						
Resultado líquido do exercício					(14.820)	(14.820)
Transações de capital com os sócios						
Reversão da reserva legal			(212)		212	
Reversão da reserva para retenção de lucros				(3.024)	3.024	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	198.097	(5.727)			(11.584)	180.786
Resultado abrangente total						
Resultado líquido do exercício					(20.426)	(20.426)
Transações de capital com os sócios						
Integralização de capital		5.727				5.727
Saldos em 31 de dezembro de 2022	198.097				(32.010)	166.087

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.**Demonstrações Financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021***(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)***DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	(20.426)	(14.820)
Ajustes por		
Depreciação e amortização (Nota 16)	8.138	8.138
Rendimentos sobre aplicações financeiras (nota 17)	(2.380)	(1.167)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9.1)		473
Decréscimo (acrécimo) em ativos		
Contas a receber	1.997	(1.276)
Tributos a recuperar	(1.022)	242
Outros ativos	(535)	100
Acrécimo (decrécimo) em passivos		
Fornecedores	3.256	(1.051)
Tributos a recolher	(164)	(112)
Salários e encargos sociais	113	12
Outros passivos	(739)	(202)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(11.763)	(9.663)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras, líquidas	7.281	9.659
Baixa no imobilizado		6
Adições no imobilizado	(1.118)	
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	6.164	9.665
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital	5.727	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	5.727	
Acrécimo no caixa e equivalentes de caixa	128	2
No início do exercício	89	87
No final do exercício	217	89
Acrécimo no caixa e equivalentes de caixa	128	2

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 8 de janeiro de 2016, foi constituída a Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A., ("Companhia"), de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede social na cidade de Santos, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia é controlada pela Suzano S.A. ("Suzano") e tem por objeto único e exclusivo a exploração do arrendamento da área, infraestrutura e instalação portuária pública localizada no Porto de Santos, para realização das atividades de movimentação e armazenamento de cargas gerais não acondicionadas em contêineres.

A Companhia possui contrato de prestação de serviços portuários apenas com sua controladora e não presta serviços para terceiros, ou seja, a totalidade de sua receita é advinda de partes relacionadas.

A Companhia confirma, apesar do prejuízo operacional apresentado no exercício, a continuidade de suas atividades operacionais, diante de sua liquidez financeira de seu caixa e aplicações financeiras, da prospecção de suas receitas futuras e, notoriamente, o respaldo de sua acionista controladora.

A Companhia participou do Leilão nº 3/2015, realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ("ANTAQ"), para arrendamento de áreas e infraestruturas públicas para a movimentação e armazenagem de papel, celulose e carga geral, pelo prazo de 25 anos (prorrogável por mais 25 anos). A Companhia apresentou a proposta vencedora para o Terminal de Macuco (STS07), localizado no Porto de Santos, Estado de São Paulo, no valor de R\$ 115.047, cuja homologação e a adjudicação do resultado foi publicada em 2 de março de 2016, no Diário Oficial da União. Em 29 de setembro de 2016, a Companhia assinou o termo de posse do terminal.

A emissão dessa demonstração financeira foi aprovada pelo Diretoria Executiva da Companhia em 03 de abril de 2023.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R\$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.16.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando políticas e práticas contábeis consistentes nos exercícios apresentados.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistentes com aquelas utilizadas na controladora Suzano S.A.

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2022, cujo impacto estimado foi divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

3.1. Novas políticas contábeis adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3.1.1. **Combinação de Negócios CPC 15 – Referência à estrutura conceitual (Aplicável em/ou após 1º de janeiro de 2022. Permitida adoção antecipada, se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)**

As alterações atualizam o CPC 15 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem no CPC 15 o alinhamento dos conceitos de obrigações assumidas em linha com o previsto no CPC 25, mantendo para o comprador a aplicação do CPC 25 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19 – Tributos, o comprador aplica o ICPC 19 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

As alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

3.1.2. CPC 25 – Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada)

As alterações no CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes esclarecem o que representam “custos para cumprir um contrato” quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do “custo incremental” podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição.

A necessidade de esclarecimento foi provocada pela introdução da CPC 47, que substituiu os requerimentos existentes relacionados a receita, inclusive orientações contidas no CPC 17 (R1), que tratava de contratos de construção. Enquanto o CPC 17 (R1) especificava quais custos eram incluídos como custos para cumprir um contrato, o CPC 25 não o fazia, gerando diversidade de prática. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

3.1.3. Imobilizado – CPC 27 – Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)C 25 – Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada)

No processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido, uma entidade pode paralelamente produzir e vender produtos gerados no processo de construção do item do imobilizado. Antes da alteração proposta pelo IASB, eram observadas, na prática, diversas formas de contabilização de tais receitas. O IASB alterou a norma para fornecer orientações sobre a contabilização de tais receitas e os custos de produção relacionados.

Com a nova proposta, a receita da venda não é mais deduzida do custo do imobilizado, mas sim reconhecida na demonstração do resultado juntamente com os custos de produção desses itens. O CPC 17 Estoques deve ser aplicada na identificação e mensuração dos custos de produção.

A Empresa avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

3.1.4. CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).

A Empresa avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

3.1.5. CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada)

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de 10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.

A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

3.1.6. CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos (data de vigência não aplicável)

A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

3.2. Políticas contábeis adotadas

3.2.1. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

3.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

3.2.3. Instrumentos financeiros

3.2.3.1. Classificação

Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são:

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



- (i) custo amortizado; e
- (ii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.2.3.2. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros ativos, classificados como ativos financeiros e o saldo das rubricas de fornecedores e outros passivos, classificados como passivos financeiros.

3.2.3.3. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo da rubrica de aplicações financeiras.

3.2.3.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

3.2.3.4.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- (ii) evento de default no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



- (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original do ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado.

Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

3.2.3.5. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há (i) um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e (ii) uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.4. Contas a receber

São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

3.2.5. Imobilizado

Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

3.2.6. Intangível

3.2.6.1. Direito da concessão

O direito de outorga da concessão do Terminal de Macuco (STS07) corresponde ao valor de R\$ 115.047 pagos em função da apresentação da proposta vencedora no leilão realizado pela ANTAQ e será amortizado pelo prazo da concessão. A amortização desse direito de uso teve início junto com as operações do Terminal Macuco em fevereiro de 2018.

Em consideração à orientação contida nos itens 12(a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao poder concedente com base nos termos contratuais, sob o entendimento de que o contrato de concessão se trata de um contrato executório. A Administração da Companhia entende que este contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

3.2.6.2. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços

A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenamento de cargas gerais não acondicionadas em contêineres são registradas no intangível e será revertida ao poder concedente após o encerramento do contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo.

O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenamento de cargas gerais não acondicionadas em contêineres.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura será reconhecida de maneira linear no resultado do exercício ao longo do prazo de concessão.

3.2.7. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) correntes e diferidos

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

3.2.8. Fornecedores

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

3.2.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.2.10. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3.2.11. Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos de financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

3.2.12. Participação dos funcionários no resultado

Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas.

3.2.13. Reconhecimento da receita

As receitas de utilização da infraestrutura portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados.

Para isso, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente.

3.2.14. Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do resultado diluído por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

3.2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- análise anual do valor recuperável de tributos (notas 8 e 9); e
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 10 e 11).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

3.3. Políticas contábeis ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2022, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



3.3.1. Alterações à CPC 26(R1)/IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada)

As alterações do CPC 26/IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de “liquidação” para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

3.3.2. Alterações à CPC 26(R1)/ IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS – Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023)

Alteram os requisitos do CPC 26/IAS 1 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”. As informações de políticas contábeis são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas.

Os parágrafos de suporte do CPC 26/IAS 1 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam imateriais. No entanto, nem todas as informações de política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são, por si só, relevantes.

3.3.3. Alterações à CPC 23/ IAS 8 – Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023)

A alteração substitui a definição de “mudança de estimativa contábil” por “estimativa contábil”. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”.

A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos:

(i) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; e

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



(ii) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

4.1.1 Visão geral

Em decorrência de suas atividades, a Companhia é exposta a diversos riscos financeiros, sendo os principais fatores considerados pela Administração são:

- (i) liquidez;
- (ii) crédito;
- (iii) mercado; e
- (iv) capital.

A Administração dos riscos de liquidez, crédito e capital da Companhia é realizada pela controladora Suzano de forma consolidada, e se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

4.1.2 Administração de risco de liquidez

Conforme mencionado anteriormente, a gestão financeira da Companhia é realizada pelo acionista controlador, portanto toda a gestão de liquidez segue a política da Suzano, que tem como política manter em caixa e aplicações financeiras um valor correspondente aos desembolsos operacionais que atendam ao ciclo de conversão de caixa e desembolsos financeiros (amortização e serviços da dívida) de 12 meses.

4.1.3 Administração de risco de crédito

4.1.3.1 Risco de crédito

Relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte de uma operação.

Para cada tipo de exposição de crédito e para cada tipo de contrato é feita uma modelagem específica para a averiguação dos riscos, obtenção das exposições e sensibilização dos limites.

Para todas as esferas, a quantificação das exposições e análise dos riscos é alvo de um relatório mensal realizado pela Diretoria de Governança, Riscos e *Compliance*, de seu acionista. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, depósitos em

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

bancos, Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), *box* de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito (“*Letters of Credit*”), seguradoras, clientes (prazo para pagamento), fornecedores (dos adiantamentos para novos projetos), entre outros.

4.1.3.2 Bancos e instituições financeiras

Para bancos e instituições financeiras (aplicações e conta corrente) foram criadas métricas quantitativas de aferição da exposição de crédito. O valor esperado de exposição *Expected Credit Exposure* (“ECE”) e de pior caso de exposição esperada *Worst Credit Exposure* (“WCE”) de todas as exposições de contrapartes financeiras são calculados.

- (i) caso a Companhia trabalhe com emissores privados que possuam mais de uma avaliação de rating, será considerada a mediana das classificações de rating caso três classificações de risco estejam disponíveis e, a menor classificação caso duas classificações de risco estejam disponíveis, das seguintes agências de rating: Fitch, Moody’s e Standard & Poor’s.
- (ii) o rating exigido para as contrapartes em escala local Brasil é A (ou A2), ou BBB+ (ou Baa1) em escala global.

4.1.4 Administração do risco de mercado

Está relacionado às oscilações de taxas de juros. Estas variações podem afetar os retornos esperados de um investimento, de uma aplicação financeira, das expectativas de receitas de vendas e dos valores do serviço. Neste sentido, foram criados mecanismos de mensuração desses riscos e uma ferramenta interna de avaliação que possibilita o cálculo dos impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento.

4.1.5 Gestão de capital

O objetivo da administração do capital é a salvaguarda da capacidade de continuidade da Companhia para oferecer os benefícios para as partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o melhor equilíbrio na combinação de capital próprio ou capital de terceiros. Essa gestão, assim como a gestão financeira da Companhia é realizada no contexto da Tesouraria do acionista controlador, portanto as decisões relacionadas à captação de recursos, liquidações e a estrutura de capital são tomadas naquele contexto.

4.2 Classificação

	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa		217	89
Contas a receber	6 e 7	1.223	3.220
		<u>1.440</u>	<u>3.309</u>

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	5	17.506	22.407
		<u>17.506</u>	<u>22.407</u>
		<u>18.946</u>	<u>25.716</u>

4.3 Administração de riscos de créditos

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes, análise das demonstrações financeiras e de restrições de mercado. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, a Companhia segue sua política interna.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
brAAA	17.187	18.024
brAA	536	4.472
	<u>17.723</u>	<u>22.496</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras em títulos privados e em moeda nacional estão, substancialmente, representadas por operações de CDB de rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o rendimento médio da carteira foi de 102,70% do CDI (101,33% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos em aberto, a vencer, referem-se, integralmente, à prestação de serviços realizados para a controladora Suzano S.A. (nota 7).

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

**7. PARTES RELACIONADAS**

		Saldos a receber (pagar), líquido	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Transações com acionista controlador			
Ativo	Natureza		
Suzano S.A.	Prestação de serviço portuário	1.223	3.220
		<u>1.223</u>	<u>3.220</u>
Passivo			(1.008)
Suzano S.A.	Dividendos a pagar		<u>(1.008)</u>
		Receitas	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Transações com acionista controlador	Natureza		
Suzano S.A.	Prestação de serviço portuário	5.141	19.376
		<u>5.141</u>	<u>19.376</u>

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
PIS/COFINS - operação	4.557	3.893
IRPJ/CSLL – antecipação e impostos retidos	2.479	2.121
	<u>7.036</u>	<u>6.014</u>
Circulante	3.339	2.418
Não circulante	3.697	3.596

8.1. Período estimado de realização

A realização dos créditos relativos aos impostos a recuperar ocorrerá de acordo com a projeção orçamentária anual aprovada pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2022
Até 1º ano	3.339
Entre o 2º e 3º ano	3.697
	<u>7.036</u>

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

9. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (“IRPJ”) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (“CSLL”)

A Companhia é sujeita ao regime de tributação com base no lucro real.

9.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido	<u>(20.426)</u>	<u>(14.347)</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	<u>6.945</u>	<u>4.878</u>
Efeito tributário sobre diferenças permanentes		
Reversão e não constituição de tributos diferidos ⁽ⁱ⁾	<u>(6.945)</u>	<u>(5.351)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(473)</u>

- (i) Com base nas projeções de resultados futuros, a Companhia reverteu o saldo de tributos diferidos em 2021 e desde então não constitui provisão de impostos e contribuições diferidos sobre o lucro.

Decorrente do prejuízo e ausência de base tributável, não há constituição de imposto de renda diferido até que exista possibilidade de realização.

10. IMOBILIZADO

	Equipamentos de informática	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Taxa de depreciação média anual %	21,00	5,32		10,10	
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	939	282		99	1.320
Baixas ⁽¹⁾	(6)				(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	933	282		99	1.314
Adições ⁽²⁾			1.118		1.118
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>933</u>	<u>282</u>	<u>1.118</u>	<u>99</u>	<u>2.432</u>
Depreciação					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(541)	(30)		(27)	(598)
Adições	(196)	(15)		(10)	(221)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(737)	(45)		(37)	(819)
Adições	(196)	(15)		(10)	(221)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(933)</u>	<u>(60)</u>		<u>(47)</u>	<u>(1.040)</u>
Valor residual					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	196	237		62	495
Saldo em 31 de dezembro de 2022		<u>222</u>	<u>1.118</u>	<u>52</u>	<u>1.393</u>

¹⁾ Baixa proveniente de ajuste de mais valia.

²⁾ O saldo de obras em andamento é proveniente de investimentos realizados na expansão do terminal.

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou os impactos de negócio, mercado e climático e não identificou nenhum evento que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação e qualquer provisão referente ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado.

11. INTANGÍVEL

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Direito de exploração – Concessão Terminal de Macuco (STS07) ⁽¹⁾	181.025	(37.203)	143.822
Demais intangíveis	1.073	(1.037)	36
	<u>182.098</u>	<u>(38.240)</u>	<u>143.858</u>
			<u>151.776</u>

1) A Companhia reconheceu em março de 2016, o valor de R\$ 115.047 relativo ao direito de outorga da concessão, o qual está sendo amortizado pelo prazo de 25 anos, conforme prazo da concessão. A amortização desse direito de uso teve início em março de 2018, logo após o início das operações do Terminal de Macuco, que tiveram início em fevereiro de 2018.

Os principais investimentos no contrato de concessão compreendem:

- (i) instalações de armazenagem, equipamentos de movimentação e transbordo de cargas, com capacidade estática de, no mínimo, 75.000 toneladas, garantindo uma movimentação de 1.800.000 toneladas de fardos de celulose por ano; e
- (ii) ramais ferroviários para acesso às instalações portuárias.

11.1. Conciliação do valor contábil no início e no final do exercício

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
No início do exercício	151.776	159.693
Amortização	(7.918)	(7.917)
No final do exercício	<u>143.858</u>	<u>151.776</u>

12. FORNECEDORES

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Portuários força supletiva	3.294	1.040
Serviços de engenharia	749	160
Serviços de logística	595	481
Outros	568	269
	<u>5.206</u>	<u>1.950</u>

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, totalmente subscrito, é representado por 198.096.588 ações ordinárias sem valor nominal. Em 01 de novembro de 2022, foi efetuada a integralização de capital no montante de R\$ 5.727. Dessa forma, o capital social subscrito encontra-se totalmente integralizado no valor de R\$ 198.097.

13.2. Dividendos

O estudo social da Companhia estabelece que dividendo mínimo anual é de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei no 6.404/76.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

Em 07 de janeiro de 2022, foi efetuado o pagamento de dividendos, referentes ao exercício de 2020, no montante de R\$ 1.008.

13.3. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída de acordo com a Lei 6.404/64, mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há saldo de reserva legal, em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

A reserva para retenção de lucros, constituída na base nos termos do artigo 196 da Lei nº. 6.404/76, visa assegurar o orçamento de investimentos e o reforço do capital de giro da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há saldo de reserva para retenção de lucros, em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

14. RESULTADO POR AÇÃO

14.1. Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) do exercício pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Numerador		
Resultado atribuível aos acionistas	(20.426)	(14.820)
Denominador		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	198.096.588	198.096.588
Resultado básico por ação (em Reais)	<u>(0,10311)</u>	<u>(0,07481)</u>

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

**14.2. Diluído**

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações e opção de compra de ações, bem como outros itens potenciais para fins de diluição. Dessa forma, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

15. RECEITA LÍQUIDA

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receita bruta de serviços	15.134	22.596
Impostos sobre as vendas (PIS, COFINS e ISS)	(1.519)	(3.220)
	<u>13.615</u>	<u>19.376</u>

16. RESULTADO POR NATUREZA

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Custo dos serviços prestados		
Depreciação e amortização	(8.138)	(8.138)
Arrendamento de área portuária de concessão pública	(6.667)	(6.046)
Aluguel de máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	(2.384)	(3.477)
Serviços de terceiros ⁽²⁾	(17.285)	(15.664)
Impostos	(1.207)	(1.070)
	<u>(35.681)</u>	<u>(34.395)</u>
Despesas gerais e administrativas		
Salários, encargos e benefícios a empregados	(836)	(566)
Outras	(836)	(81)
	<u>(836)</u>	<u>(647)</u>
Outras receitas operacionais, líquidas		
Ganho na venda de imobilizado	118	162
	<u>118</u>	<u>162</u>

1) Os aluguéis foram analisados pela Administração e estão fora do escopo do CPC 06 (R2).

2) Referem-se a serviços de operador portuário e transporte de costado.

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

**17. RESULTADO FINANCEIRO**

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(22)	(10)
	<u>(22)</u>	<u>(10)</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	2.380	1.167
	<u>2.380</u>	<u>1.167</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>2.358</u>	<u>1.157</u>

18. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguro para danos materiais na mesma apólice de risco operacional de sua controladora, cujo limite máximo para indenização para Companhia é de R\$ 5.217.700 em 31 de dezembro de 2022, assim como a cobertura de seguro de responsabilidade de operador portuário, no montante de R\$ 100.000. Os estoques de celulose estão segurados pela apólice de transporte internacional com vigência até 30 de novembro de 2023. A Administração da Companhia considera esses valores suficientes para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos.

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Relatório da Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

VISÃO GERAL

A Companhia tem por objeto único e exclusivo a exploração do arrendamento da área, infraestrutura e instalação portuária pública localizada no Porto de Santos, para realização das atividades de movimentação e armazenamento de cargas gerais não acondicionadas em contêineres.

Em 2022, a movimentação de cargas da Companhia atingiu 146 mil toneladas, sendo 62% inferior ao total movimentado em 2021, que foi 387 mil toneladas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R\$"), exceto se expresso de outra forma e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, bem como considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia em 2022 foi de R\$ 13.615 mil, 27% inferior à receita líquida registrada em 2021, de R\$ 19.376 mil, resultado da redução de 62% do volume de carga movimentado no terminal em relação ao ano anterior.

Custo dos Produtos Vendidos ("CPV")

O custo dos serviços prestados em 2022 totalizou R\$ 35.681 mil, 3% superior ao registrado em 2021, de R\$ 34.395 mil. Este aumento deriva, principalmente, do efeito inflacionário no custo dos serviços contratados para a movimentação de carga no terminal em relação ao ano anterior.

Resultado Bruto

O prejuízo bruto de R\$ 22.066 mil em 2021, comparado ao prejuízo bruto de R\$ 15.019 mil em 2021, é explicada pelo resultado operacional acima exposto.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 836 mil em 2022, 29% superior ao valor registrado em 2021 de R\$ 647 mil. Este aumento deriva, principalmente, do efeito inflacionário de serviços profissionais externos e reajustes salariais.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 2.358 mil em 2022, comparado ao resultado positivo de R\$ 1.157 mil em 2021. Esse resultado reflete, principalmente, o aumento do rendimento das aplicações financeiras.

Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.

Relatório da Administração



Resultado Líquido

A Companhia registrou prejuízo de R\$ 20.426 mil em 2022, em comparação ao prejuízo de R\$ 14.820 mil do ano anterior.

RATING

Ao longo de 2022, a Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A. manteve os ratings grau de investimento (brAAA e brAA) na escala global pela Standard and Poor's e pela Fitch Ratings para a maioria dos seus investimentos financeiros

SUSTENTABILIDADE

A Empresa está sujeita ao mesmo nível de sustentabilidade estabelecido pela sua controladora, a Suzano S.A.

GOVERNANÇA

A Empresa está sujeita ao mesmo nível de governança estabelecido pela sua controladora, a Suzano S.A.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

A Empresa está sujeita ao mesmo nível de auditoria e controles internos estabelecidos pela sua controladora, a Suzano S.A.

PESSOAS

A Empresa está sujeita aos mesmos pilares de construção e vivência da Cultura estabelecidos pela sua controladora, a Suzano S.A.

Carlos Aníbal de Almeida Júnior
CPF 910.169.166-04

Arvelino Cassaro
CRC ES 007400/O-4
CPF: 724.263.497-00

Certificate Of Completion

Envelope Id: 00CE76EBEDED4BE9ADF5339DDE45B1E1

Status: Completed

Subject: Complete com a DocuSign: FIBRIATERMCELULOSESANTOSSPE22.DEZ.pdf, Demonstrações financeiras Fibri...

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Outros

Source Envelope:

Document Pages: 33

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

KAIQUE DE O. F. SILVA

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca

Enveloped Stamping: Enabled

São Paulo, SP 05001-100

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

kaique.silva@pwc.com

IP Address: 18.231.224.80

Record Tracking

Status: Original

03 April 2023 | 16:17

Holder: KAIQUE DE O. F. SILVA

kaique.silva@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

03 April 2023 | 16:50

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Location: DocuSign

Signer Events

José Vital

jose.vital@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:

 José Vital
11718CBA9C944B5...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 201.56.164.188

Timestamp

Sent: 03 April 2023 | 16:23

Viewed: 03 April 2023 | 16:49

Signed: 03 April 2023 | 16:50

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Alessandra Arakaki

alessandra.arakaki@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 03 April 2023 | 16:23

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
KAIQUE DE O. F. SILVA kaique.silva@pwc.com Manager PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. Security Level: Email, Account Authentication (None)	<div style="border: 2px solid blue; padding: 5px; display: inline-block; font-weight: bold; color: blue;">COPIED</div>	Sent: 03 April 2023 16:50 Viewed: 03 April 2023 16:50 Signed: 03 April 2023 16:50
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
-------------------------	--------	------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	03 April 2023 16:23
Certified Delivered	Security Checked	03 April 2023 16:49
Signing Complete	Security Checked	03 April 2023 16:50
Completed	Security Checked	03 April 2023 16:50

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------